

Planos pagam valores defasados para ginecologistas e obstetras de São Paulo

O valor adequado seria R\$ 60, de acordo com a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) de 2010. Pela retirada de um núcleo mamário, médicos recebem R\$ 67,50 de um dos planos, ante os R\$ 225 estabelecidos pela tabela. A conclusão de um levantamento que vem sendo preparado pela Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp) desde 2010, para o qual foram coletados dados de 44 planos de saúde. O procedimento com o valor mais defasado, segundo o estudo, é a retirada de útero (histerectomia): enquanto o valor ideal é de R\$ 789, um dos planos paga R\$ 200 pela cirurgia. A mesma operadora paga R\$ 140 pela retirada do ovário (ooforectomia), procedimento que custaria R\$ 478 pela tabela de referência. Os médicos chegam a receber R\$ 160 pela cesárea, enquanto a tabela estipula o valor de R\$ 541. Pelo parto vaginal, recebem R\$ 200; R\$ 574 seria o ideal. De acordo com o estudo, muitos dos pagamentos não chegam nem aos valores da CBHPM de 2003, edição anterior da tabela de referência. Além da defasagem, o estudo evidencia grandes discrepâncias entre os valores pagos pelas operadoras para os mesmos procedimentos. O valor da consulta, por exemplo, varia de R\$ 25,20 a R\$ 100. O presidente da Sogesp, César Eduardo Fernandes, diz que o estudo foi motivado pela percepção de que os valores têm se defasado historicamente. "Nossa expectativa é tornar isso público para que o usuário final saiba dessa disparidade. É importante também chamar a atenção das agências, pois elas nunca entraram nesse mérito de discutir valores", diz Fernandes. Ele observa que, enquanto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) entende que os valores devam ser uma negociação entre médicos e operadora, a Sogesp acredita que as operadoras têm mais força que o médico sozinho. Para Paulo Nicolau, da comissão de valorização profissional da Sogesp, a falta de ajuste faz com que o médico se desestime e feche o consultório, buscando cargos públicos ou administrativos. "Há exemplos de médicos que não querem mais fazer medicina de consultório. Está sobrando vagas de residência em obstetrícia", diz. A ginecologista Maria Rita de Souza Mesquita, médica assistente do Departamento de Obstetrícia da Unifesp, conta que já chegou a atender 25 planos de saúde. Hoje, só atende quatro. "Fui me descredenciando. Eu me desgastava muito e prejudicava a qualidade do atendimento. Hoje atendo menos pacientes, mas tenho mais tempo para me reciclar", diz. Ela observa que, nos últimos 10 anos, a mensalidade dos planos passou de 100% a 130% - sem repasse aos médicos. Para fazer o estudo, a Sogesp consultou especialistas de abril a outubro deste ano para descobrir que valores eles recebiam pelos procedimentos. Em seguida, os valores foram enviados para os planos, que puderam atualizar ou corrigir os valores informados. A ANS destaca que "não tem competência legal nem tampouco recursos" para mediar a discussão sobre questões contratuais entre entidades médicas e operadoras de planos. "A melhor maneira de regular a relação entre operadoras e seus prestadores é por meio da construção de contratos justos e em acordo com a norma que tragam previsibilidade de longo prazo para todos os atores envolvidos", disse a entidade, por e-mail. Taxa extra. Uma das práticas relacionadas é a baixa remuneração dos especialistas e a cobrança da "taxa extra" por obstetras de planos para o acompanhamento do parto normal. Neste mês, a ANS anunciou que vai discutir o assunto para avaliar a legalidade do procedimento - que já é praticado informalmente. Quando não paga o valor, a gestante é atendida pelo médico obstetra de plantão.

Sobre o Autor

Agora você vai conhecer um pouco mais sobre a Cobertura Editora. Uma empresa que há 19 anos presta serviços editoriais e promove eventos voltados para o setor de seguros.

Source: <http://www.artigopt.com>